

## PT mobiliza a sociedade para instalação da CPI da Telebrás

### Mobilizar.

**Conjugar esse verbo em todo o país é mais do que um exercício gramatical, é um exercício de cidadania. É o resgate da ética na política.**

Somente a mobilização popular pode pressionar o Congresso Nacional a instalar a CPI mista para investigar a privatização da Telebrás e enquadrar o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por crime de responsabilidade ao favorecer os compradores das estatais telefônicas no Brasil. Afinal, como tem afirmado o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, "vamos sair às ruas para exigir do Congresso que se auto-respeite e não fique de joelhos diante do presidente da República".

No último dia 2 de junho, a realização de um ato em Brasília marcou o início de uma mobilização nacional para

a coleta de assinaturas de apoio à realização da CPI mista da Telebrás. A iniciativa reuniu partidos de oposição, movimentos sociais, organizações não-governamentais e sindicatos. Desde então, a campanha popular já está criando pontos de encontro em algumas partes do Brasil. Para o presidente nacional do PT e deputado federal, José Dirceu, "o ato mostra que o pedido de CPI e a representação contra Fernando Henrique tem ressonância na sociedade e é hora de mobilizar". Segundo José Dirceu, "temos que ir às ruas pressionar o Congresso".

O líder da bancada federal do PT, deputado José Genoíno, lembrou ainda que "a promiscuidade entre o público e o privado é clara nesse caso", e que o governo e sua base no Congresso realizam "a maior operação abafa de todos os tempos e, se querem abafar, é porque têm o que esconder". Genoíno destacou também que não foi a oposição quem fez o grampo telefônico, nem divulgou seu conteúdo. Para ele, "os oposicionistas têm o dever constitucional e político" de propor uma investigação profunda das denúncias.

### 100 mil em Brasília

Aliada ao processo de coleta

de assinaturas, o PT propôs a programação de uma Marcha a Brasília em repúdio e protesto contra a impunidade e a obstrução da Justiça. De acordo com José Dirceu, a idéia é reunir 100 mil manifestantes na capital federal. Agosto é a data provável para a manifestação.

### Frente de Oposição

Nesse mesmo dia, em Brasília, foi retomada pelo PT, PDT, PSB, PCdoB e PCB a Frente de Oposição Democrática e Popular. A idéia é criar mecanismos permanentes de consulta, coordenação e direção com a finalidade de dar organicidade à Frente e imprimir um ritmo dinâmico contra o ataque do governo de Fernando Henrique às liberdades democráticas e atentado à Constituição Federal.

Os partidos que compõem a Frente, ao analisar a situação nacional, apontaram o desgoverno de Fernando Henrique e a falta de rumo para o país. A política econômica, ditada pelos centros de poder do capital financeiro internacional, representado pelo FMI, longe de superar a crise, só faz aprofundá-la, alimentando a dependência do país e os riscos de um novo colapso



Lançamento em Brasília da coleta de assinaturas pró-CPI

e econômico-financeiro.

O documento lançado pela Frente de Oposição, entre outras coisas, aponta para a crise social, que assume ares de dramaticidade, enquanto o governo de Fernando Henrique, sob ordens internacionais, privilegia os banqueiros, gente parasitária desligada da produção, arrematadores de leilões de privatização de empresas públicas e sonegadores de impostos.

A sucessão de escândalos desmascarou o presidente da República, sendo flagrado em atos condenáveis. E, ao reagir, por meio de inaudita operação-abafa, incorreu em perjúrio, obstruindo ainda a investigação dos fatos. A crise moral, a erosão governamental, a perda de credibilidade junto à opinião pública configuram a formação de um ambiente propício à eclosão de uma crise política e institucional. À frente de um

governo imobilizado, o presidente propõe medidas que são verdadeiros golpes.

O PT e os demais partidos de oposição reafirmaram seu empenho em enfrentar essa crise mobilizando a sociedade, para a criação de um amplo movimento cívico em defesa do Brasil, da soberania nacional, da democracia, da moralidade no trato da coisa pública, pelo emprego e justiça social.

## Partidos denunciam FHC por crime de responsabilidade

O PT, em ação conjunta com PDT, PSB, PPS, PCdoB e PL, entregou ao Congresso Nacional um pedido de CPI mista (Comissão Parlamentar de Inquérito) entre Senado e Câmara Federal para investigar a privatização da Telebrás, realizada em julho do ano passado, e à mesa da Câmara, representação contra o presidente Fernando Henrique por crime de responsabilidade, de probidade administrativa, por infringir os princípios de impessoalidade e transparência, previstos na Constituição Federal. A representação foi feita com base em denúncias publicadas pelo jornal *Folha de S.Paulo*, em 25 de maio último, sobre a participação de autoridades públicas, no sentido de direcionar o processo de privatização da Telebrás, favorecendo determinados concorrentes. Os fatos relatados demonstram que Fernando

Henrique interferiu de forma direta nas decisões para, antecipadamente, beneficiar o consórcio do Banco Opportunity.

Desta vez os grampos captaram conversas que envolvem pessoalmente o presidente da República. No diálogo divulgado pela *Folha de S.Paulo*, o ex-presidente do BNDES, Lara Resende, pede ao presidente da República para usar o seu nome, a fim de que a Previ (Fundo de Pensão do Banco do Brasil) associe-se ao Opportunity. "Não tenha dúvida", concordou Fernando Henrique. O governo pretendia que o consórcio vencesse a disputa pela Tele Norte Leste contra o consórcio Telemar.

A Tele Norte Leste foi arrematada pela Telemar. Este fato está sendo utilizado pelo governo como prova de que não houve favorecimento, mas, segundo José Genoíno, esta argumentação não tem sustentação pela própria

seqüência dos fatos: o consórcio do qual participava o Banco Opportunity ficou impossibilitado de apresentar seu lance no leilão da Tele Norte Leste porque já havia arrematado a Tele Centro Sul e não poderia disputar outra área.

### TCU e Ministério Público

O PT, com o apoio dos partidos de oposição, apresentou ainda ao TCU (Tribunal de Contas da União) pedido de auditoria no processo de privatização do Sistema Telebrás e a anulação da venda da empresa; além de ingressarem com representação no Ministério Público de ação cautelar, com o fim de sustar todos os procedimentos e atos administrativos relativos às privatizações já realizadas até que todas as ações judiciais sejam julgadas.

Para José Dirceu, a nova denúncia é "o maior escândalo do país" e merece ser apurado até o fim. Dirceu afirmou ainda que as

acusações de Fernando Henrique, chamando a oposição de leviana, mostram a fraqueza do governo.

De acordo com o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, o caso é extremamente grave porque há um núcleo no poder apodrecido. Segundo o líder petista, "não é a primeira denúncia de corrupção que acontece envolvendo o governo FHC". Lula também criticou a existência de grampos. "A nossa individualidade está ameaçada. Mas o grampo foi feito pelo núcleo de poder, e esse fato "demonstra que FHC não governa o país, que não tem comando ou política".

Lula concluiu que "se o presidente da República não sabia da maracutaia no processo de privatização da Telebrás, significa que ele não tem nenhuma competência para governar esse país. Se ele sabia, ele está cometendo um crime muito grave contra o Brasil", falou.

## Estados iniciam coleta de assinaturas pró-CPI da Telebrás

No dia 2 de junho, no lançamento da campanha em Brasília, em pouco menos de duas horas mais de duas mil pessoas assinaram o pedido de criação da CPI mista para investigar o processo de privatização da Telebrás.

Em vários Estados estão sendo criados pontos para a coleta de assinaturas pró-CPI da Telebrás. As iniciativas têm contado com a presença de líderes do PT, sindicatos e com a participação do Fórum Nacional de Lutas por Trabalho, Terra, Cidadania e Soberania. Para se ter uma idéia, na região do Vale do Aço, em Minas Gerais, no primeiro dia de coleta, foram obtidas mil assinaturas de

apoio. No município de Santo André, no ABC paulista, em apenas duas horas, após a abertura da campanha, já se alcançava mais de 1.200 assinaturas.

No Rio de Janeiro, a campanha "PT na Rua" tem dia marcado - todas às sextas-feiras, parlamentares petistas participarão da coleta de assinaturas. Desde que iniciaram, já foram contabilizados mais de três mil apoios. E, no Ceará, a expectativa é desencadear vários atos por pelo menos doze cidades do interior, com a previsão de chegar à marca de três mil apoios.

Durante esta semana, Lula, em mini-caravana ao Espírito Santo, pediu "esforço" de todos para garantir a CPI.

**Luís Fernando Veríssimo**  
especial para o PTnotícias

"Bullshit", cocô de touro, bosta, é um bom e prático sinônimo para mentiras ditas com autoridade, para as pseudocertezas com que nos enrolam. Não é a mentira convencional, uma sonegação da verdade, um pecado menor. É a mentira volumosa, portentosa, com uma ambição específica, a de nos convencer tão completamente que não temos por onde reagir e fugir dela. Por isso o "bullshit" não funciona em pouca quantidade: O pequeno monte de bosta não basta. É preciso uma avalanche. Uma tempestade de bosta.

Nos últimos anos temos vivido sob uma borrasca contínua, e a bosta não pára de cair sobre as nossas cabeças. A pseudocerteza que nos impingem é que não existe outro caminho para qualquer economia; independente do seu tamanho, estágio ou peculiaridade, que não o apontado pelo neo-liberalismo, com seus pedágios obrigatórios e salteadores conhecidos. O caminho que, de acordo com o "bullshit", levará à prosperidade universal, e se não levar, azar, porque não há outro. Atempes-tade é tão for-

## A Tempestade



te que não nos chega qualquer notícia de uma alternativa para o monomodelo. Cai bosta, cai bosta, e ninguém consegue enxergar muito além dos limites do Pensamento Único.

Viver sob essa tempestade interminável nos predispõe a aceitar o "bullshit" como normal. Você acaba não distinguindo bosta de oxigênio e "bullshit" de verdade. A enrolação é de tal forma parte do nosso cotidiano que as pessoas recorrem a ela sem pensar, ou sem pensar que estão enrolando. Os envolvidos nos grampos que revelaram a tramagem por trás da

privatização das teles reagem, injuriados, às revelações, e nem se pode dizer que sejam hipócritas ou que suas explicações sejam "bullshit" consiente. Estão acostumados a uma cultura política em que maquinação de bastidor, e a promiscuidade entre agentes e supostos fiscais financeiros, é natural, é inescapável, e é nada que o público precise saber. Afinal, se todos vivemos numa grande mentira, que pretensão moralista é essa de que alguns membros do poder sejam menos afetados do que outros pelas precipitações? Podem até ser homens honrados, mas só até onde é possível ser honrado neste clima.



## RECADADO

## "Crônica de uma morte anunciada"



Jorge Mariano

Qualquer crise nos Estados Unidos ou na Argentina pode levar o Brasil a um novo impasse.

As perdas de 7,6 bilhões de dólares do Tesouro Nacional e os ganhos de mais de 10 bilhões de dólares dos bancos, quando da desvalorização, são elementos que marcaram a imagem do governo e do próprio presidente da República.

O vazamento da notícia da desvalorização da moeda favoreceu alguns grupos ligados ao tucanato e a ajuda aos Bancos FonteCindam e Marka jogaram a popularidade do Presidente, já abalada, no chão. O papel de Francisco Lopes, do ministro Pedro Malan e da cúpula do Governo nos escândalos deixou o núcleo do poder sem autoridade, permitindo um assalto ao poder dos aliados do PFL e do PMDB.

As CPIs do Judiciário e do sistema financeiro são episódios desta disputa e mostraram ao país a que ponto havia chegado a corrupção e a sonegação fiscal. Um tapa na cara de todo brasileiro que paga impostos.

A última disputa pela indicação do Diretor Geral da Polícia Federal demonstrou o nível de decomposição do governo. O Presidente foi desmoralizado por seus próprios aliados e acabou nomeando um chefe para a PF ligado à própria corporação. Nas disputas palacianas, nem o chefe do Gabinete Militar, um general do Exército, Alberto Cardoso, foi

poupado. Também foi flagrado em ações ilícitas, montou toda operação para enganar a opinião pública, vazando para a imprensa duas fitas, procurando construir uma versão favorável

### Nosso PT tem ocupado o centro das denúncias e do enfrentamento ao governo FHC

ao governo, o que foi desmontado com a publicação de 46 fitas pela Folha de S. Paulo.

Nosso PT tem ocupado o centro das denúncias e do enfrentamento com o governo FHC, nossa bancada propôs a CPI da Telebrás e fez duas representações contra o Presidente por crime de responsabilidade; recompôs a Frente de esquerda e iniciou um amplo movimento nacional de coleta de assinaturas em apoio à CPI e à representação contra o Presidente.

Dando seqüência às manifestações realizadas, com nosso apoio, pelo Fórum Nacional de Lutas nos dias 26 de março, 21 de abril e 1º de maio, estamos chamando uma grande marcha a Brasília no mês de agosto.

É importante destacar o

comunicado conjunto dos partidos de esquerda de apoio à CPI, por meio da campanha de abaixo-assinado e o apoio explícito à representação, e a decisão de dar organicidade à Frente e convocar a marcha a Brasília.

Nossos diretórios e núcleos, parlamentares e militantes devem aproveitar a campanha de coleta de assinaturas para explicar didaticamente ao povo "o porquê" do pedido de impeachment e "para que" a CPI; denunciar a "operação abafa", a corrupção, as privatizações, os cortes nos gastos sociais, o desemprego e a vergonhosa sonegação fiscal consentida pelo governo; os ganhos bilionários dos grupos financeiros e das multinacionais e a triste realidade de um salário mínimo de R\$ 136,00; o crescimento do desemprego e da impunidade, em São Paulo, onde a "santa" aliança entre PMDB, PFL, e PPB abortou a CPI das propinas e o impeachment de Pitta, e em Brasília, onde as CPIs pararam quando chegaram nas contas CC5 e no senador Luís Estevão, que leva ao Palácio do Planalto.

Esta é a nossa principal tarefa neste momento, ao lado da preparação do nosso II Congresso e do apoio aos nossos governos, devemos ir para as ruas coletar assinaturas e preparar a marcha a Brasília.

Deputado Federal José Dirceu  
Presidente Nacional do PT

## INTERNACIONAL

### Cúpula de Presidentes da América Latina, Caribe e União Européia: mais uma fotografia?

A reunião de Cúpula dos Presidentes da América Latina e Caribe com os Presidentes da União Européia, nos dias 28 e 29 de junho, será somente uma manifestação de retórica recheada de boas intenções se a França não mudar sua posição de vetar o mandato negociador.

Assim como o Congresso norte-americano nega o "fast track" (autorização para negociar) ao Poder Executivo, com o objetivo de defender interesses dos setores da sociedade que ficariam afetados pelo processo de integração da ALCA (Área de Livre Comércio Americana), o governo francês age na defesa da política agrícola da União Européia, que se veria ameaçada pela abertura aos produtos agrícolas do Mercosul. Isso significa que o livre-comércio é uma "doutrina" elaborada nos centros de poder para ser posta em prática nos países que não têm o poder de impor as regras do comércio internacional.

O interesse da União Européia de aproximação com o Mercosul tem, como pano de fundo, a preocupação de não perder espaço para os Estados Unidos, que vêm ganhando influência e resultados na área do comércio e dos investimentos com a América Latina. Essa seria a causa da convocação ampliada a todos os países, inclusive Cuba, único país excluído das negociações da ALCA.

Desse ponto de vista, a reunião é importante porque permitirá uma demonstração de vontade política de cooperação e será possível reafirmar a vocação autônoma da América Latina, que busca outros parceiros para realizar uma inserção internacional, respeitosa da soberania de nossos povos.

A primeira reunião da União Européia com os países do Grupo do Rio aconteceu em 1987. Na declaração expressava-se a vontade de estabelecer uma comunidade de valores em torno da democracia e da integração. Há doze anos desse início acumularam-se muitos

documentos, em todos os setores, mas as relações político-econômicas, em especial as relações comerciais, avançaram muito assimetricamente. Alguns dados referentes ao intercâmbio comercial com o Mercosul revelam essa realidade por demais de injusta: no período de 1988 a 1997 as exportações da U.E. para o Mercosul cresceram 334% enquanto as exportações do Mercosul à U.E. tiveram um incremento de apenas 28% no mesmo período!

A agenda prevista para a Reunião de Cúpula, chamada oficialmente de

"Cimeira", tem como objetivo promover o aprofundamento das relações no campo político, econômico-comercial e cultural utilizando-se os mecanismos subregionais já existentes. Uma ampla gama de assuntos faz parte da pauta: democracia e direitos humanos, desenvolvimento sustentável, situação financeira internacional, liberalização comercial, rodada do milênio, ciência e tecnologia, mídia e indústria cultural, recuperação de patrimônio histórico, sociedade civil...

O deputado Paulo Delgado (PT-MG), na sua participação no painel sobre "Visões e Expectativas da Cimeira", no marco do seminário preparatório "Diálogo para o Milênio", organizado pelo Ministério de Relações Exteriores e o governo do Estado de São Paulo, nos dias 9 e 10 de junho, expressou a preocupação pela ausência, nesse evento, de representantes do mundo do trabalho e da sociedade civil. O que indica uma contradição entre os objetivos de "defesa da democracia e dos direitos humanos" e uma prática de diplomacia presidencial que não contempla os interesses dos trabalhadores. Concluiu afirmando que "a globalização tem uma dupla face, já que parece servir somente aos interesses dos poderosos".

Ana Maria Stuart é assessora da Secretaria Nacional de Relações Internacionais do PT.

### Depois de um intenso verão e um outono atípico...

O PT Notícias está de volta. A partir desta edição, iniciamos uma nova fase do jornal. Algumas mudanças foram introduzidas, mas esperamos não parar por aí. Para começar, o perfil da publicação é outro. O PT Notícias será pautado por artigos, com a finalidade de promover debates e contribuir para a formação e informação da militância.

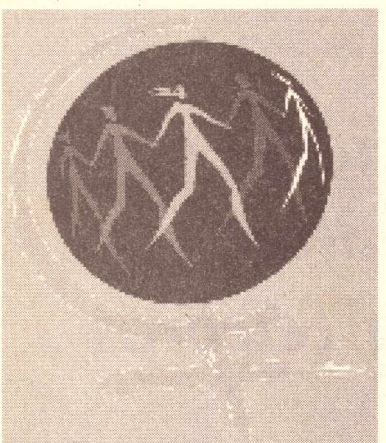
Estamos nos propondo a fazer um jornal que acompanhe as ações dos nossos parlamentares, dos movimentos sociais e sindicais. E, neste ano, com certeza estaremos acompanhando o II Congresso do PT e todas as atividades que envolvem a sua preparação. Esperamos contar com críticas e sugestões, através de cartas, fax e e-mail.

O projeto gráfico, por enquanto, permanece inalterado, até porque não podíamos esperar mais para restabelecer a comunicação partidária. A periodicidade será quinzenal.

A redação

## FEMINISMO

## Marcha Mundial de Mulheres



As mulheres estão organizando para o ano 2000 a Marcha Mundial de Mulheres contra a Pobreza e a Violência. A proposta é que no 8 de março se iniciem uma série de atividades que terminarão em 17 de outubro - Dia Mundial de Luta contra a Pobreza. Estas ações se darão em três níveis. Primeiro, as mulheres demonstrarão seu apoio massivo às reivindicações pelo envio de cartões postais. O segundo nível se refere às atividades de caráter nacional compatíveis com as possibilidades de organização local. Nestas ações serão elaboradas reivindicações específicas refletindo as lutas do movimento de mulheres de cada país. Além disso, haverá uma atividade de concentração internacional com representações pequenas de cada país interpelando o Banco Mundial e a ONU. Em 5 de maio de 1999 já haviam se incorporado à Marcha 1769 grupos de 124 países.

Em outubro de 1998 houve um Encontro preparatório da Marcha em Québec, no Canadá. Daqui do Brasil participaram representantes da

SOF e Comissão Nacional de Mulheres da CUT, que voltaram com a tarefa de convidar outros grupos e mulheres a aderirem à Marcha no Brasil. Vários os grupos brasileiros já se envolveram ou mostraram interesse na proposta. Em São Paulo muitos grupos já estão participando das reuniões preparatórias. Nossa intenção é combinar as próximas reuniões com reflexões sobre os temas tratados pela Marcha como a dívida externa, a aplicação da taxa Tobin (imposto sobre transações de troca de moedas, que tenta desencorajar a circulação financeira puramente especulativa), políticas públicas de combate à pobreza. A idéia é avançarmos na compreensão dos temas considerados "gerais", ou "puramente econômicos", considerados distantes do cotidiano das mulheres. No campo da violência sexista serão tratados temas importantes para o feminismo como o direito ao aborto e à livre expressão do direito sexual. Além disso, destrinchar as reivindicações da Marcha, pensadas em ní-

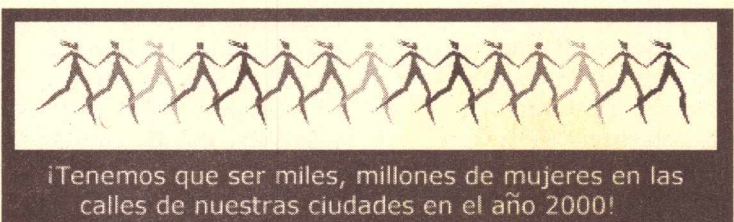
### Luta contra a pobreza e violência às mulheres são os eixos da Marcha Mundial

### "Pão e Rosas" deu origem à marcha 2000

A idéia de organizar a Marcha Mundial das Mulheres no ano 2000 surgiu em decorrência do êxito obtido pela marcha "Pão e rosas", que aconteceu no Canadá, em 1995. Durante dez dias, 850 mulheres marcharam e foram recepcionadas por 15 mil pessoas no encerramento

da caminhada. Havia representantes de diversos países, inclusive do Brasil.

Reforçar a solidariedade internacional entre as mulheres, em uma ação conjunta de combate à pobreza, foi uma idéia que se espalhou pelo mundo através de contatos com o movimento feminista, sindical e ONG's.



vel mundial, para dirigi-las aos nossos governos (do federal ao municipal).

Enquanto acumulamos discussão e organização nos Estados, organizaremos uma reunião nacional para o fim do ano afim de compor uma coordenação brasileira - nossa agenda de reivindicações e ações. Acreditamos que esta Marcha possibilitará ao movimento de mulheres retomar uma agenda própria independente dos calendários e pautas oficiais da ONU, o que, para nós, é uma condição fundamental para sua radicalidade e ousadia. O ano 2000 será ano de grandes mobilizações: no Brasil marcamos os 500 anos de resistência negra, indígena e popular e em todo o mundo lutaremos pelo jubileu da dívida externa.

Queremos marcar a presença das mulheres nestas lutas e apresentar nossas demandas para acabar com as desigualdades de gênero que se manifestam no trabalho gratuito ou sub-remunerado das mulheres, no maior desemprego entre elas, dentre outras coisas.

Miriam Nobre  
SOF - Sempreviva  
Organização Feminista

Para aderir à Marcha pode-se dirigir diretamente à secretaria internacional a cargo da Fédération des Femmes du Québec, fax: (1) 514-395-1224, e-mail: [marche2000@ffq.qc.ca](mailto:marche2000@ffq.qc.ca), homepage: [www.ffq.qc.ca](http://www.ffq.qc.ca). No Brasil os contatos podem ser feitos com a SOF, (011)870-3876, e-mail: [sof@ax.apc.org](mailto:sof@ax.apc.org) ou na CUT com Cristina, (011)242-9411, e-mail: [cnmt@cut.org.br](mailto:cnmt@cut.org.br)

### PTnotícias

Jornal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

José Dirceu

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Ozeas Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rosana Ramos

MTB 19131

REDAÇÃO

Rosana Ramos,

Fernanda Estima

ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Bimbo e

Sonia M. N. Pedroso

DIAGRAMAÇÃO

Jorge Mariano e Alexandre Machado

ILUSTRAÇÕES

Vicente Mendonça

SEDE

Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP

CEP 01019-000

Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349

e-mail: [ptnot@pt.org.br](mailto:ptnot@pt.org.br)

Home page: [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)

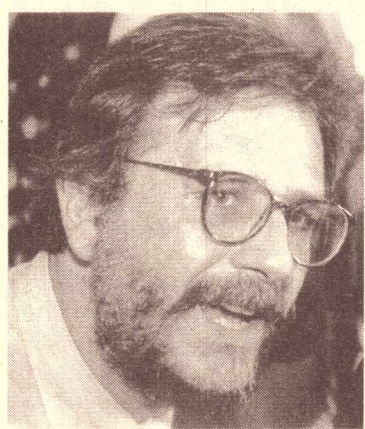
Tiragem: 12.000 exemplares

Fotolitos e impressão: Artpress



## ORÇAMENTO

# A quem ameaça a democracia?



**O orçamento participativo foi considerado em conferências internacionais como uma das dez experiências mais importantes de gestão pública. É um instrumento reconhecido por introduzir a participação popular em sua plenitude**

A experiência do Orçamento participativo iniciou-se há dez anos no município de Porto Alegre. Neste processo, a população organizada passou a elaborar o orçamento da cidade em reuniões abertas a todos os cidadãos, organizados em regiões, discutindo as prioridades de investimento público e elegendo os seus representantes para acompanhar a execução dos gastos.

A experiência da capital gaúcha prosperou. Porto Alegre transformou-se na Metrópole com maior qualidade de vida no Brasil. Seu exemplo foi seguido, com sucesso por mais de quarenta cidades em todo o mundo. A Organização das Nações Unidas (ONU) a premiou, na Conferência Habitat II, em 1996 na Turquia, como uma das melhores experiências de gestão existentes no mundo. O Banco Mundial passou a recomendá-la como exemplo de gestão pública e, mais importante, seus gestores vem sendo reeleitos há três eleições com índices crescentes de votação, fato inédito em Porto Alegre.

Na eleição de 1998, o candidato a governador

Olívio Dutra divulgou o Orçamento Participativo como seu principal compromisso de campanha. Foi eleito pela população com este compromisso, contra a maior e mais cara máquina eleitoral já montada no Rio Grande.

Em março de 1999 iniciaram-se as assembleias do OP estadual. Até o momento reuniram-se mais de 175 mil cidadãos gaúchos em mais de 600 assembleias em todo o Estado, sendo eleitos 8.000 delegados incumbidos de compor a peça orçamentária do Estado.

Apesar disto, o processo do orçamento participativo

**A experiência generosa e integradora do orçamento participativo não pode ser derrotada**

tem sido duramente atacado pelas elites conservadoras gaúchas. Não é à toa, a livre organização do povo para decidir os rumos do Estado

ameaça relações de poder que secularmente vem dominando o Estado gaúcho. Deputados que dominam currais eleitorais em troca da intermediação de investimentos públicos, órgãos de comunicação acostumados a drenar verbas e favores públicos em troca da convivência editorial, grandes empresários que controlavam estruturas tributárias e de financiamento, todos estes tem muito a perder com o orçamento participativo.

Todos esses têm usado incessantemente o seu poderio econômico e político contra este processo democrático. Recentemente um Juiz de direito proferiu sentença proibindo o Governo do Estado de sustentar o processo do orçamento participativo por este não encontrar-se regulamentado por Lei. Contrariando a Constituição Federal que garante o direito do exercício direto da democracia e legislação estadual que não cria qualquer restrição à livre construção da proposta orçamentária pelo executivo, o Orçamento Participativo foi colocado

**A livre organização do povo para decidir os rumos do Estado ameaça relações de poder**

fora da Lei.

Orçamento Participativo interessa a muitos, no entanto, interessa àqueles que tem perdido com os governos federal e estadual, aqueles que não querem isenção, querem saúde, que não querem benefícios, querem emprego, não querem publicidade, exigem direitos. Interessa a milhões e por isto tem a vitalidade de enfrentar as condições adversas, restrições legais e materiais e impor sua dinâmica. Mesmo no período em que vigorou esta proibição, o processo não parou. A disposição do Governo de acatar as decisões emergidas das assembleias populares, a disposição do movimento de suprir as bases materiais que, agora o governo estava proibido de fornecer, garantiram sua continuidade e demonstraram sua

vitalidade social. Felizmente o Tribunal de Justiça reformou a decisão, preservando os direitos democráticos da população gaúcha.

Em uma época na qual as relações econômicas têm imposto à humanidade a lógica da mercantilização e do egoísmo e conduzido às nações à degradação social, a experiência generosa e integradora do orçamento participativo não pode ser derrotada.

O ataque ao orçamento participativo não é um tema do enfrentamento partidário. Não interessa apenas àqueles que apoiam ou que são oposição ao atual governo do Rio Grande do Sul. É um tema da democracia. Do direito legítimo de um governo democraticamente eleito implementar o seu programa. Da exigência de que a Lei seja utilizada como instrumento de construção da democracia e não como uma muralha a impedir a participação do povo nos destinos do Estado. É, portanto, uma questão do interesse de todos os democratas.

Miguel Rossetto é Vice-governador do Rio Grande do Sul e Secretário de Governo

## REFORMA

# Uma política tributária deve gerar desenvolvimento e distribuição de renda

**Desde o início do Plano Real o Governo Federal vem realizando indiretamente a sua reforma tributária. Através de vários remendos à Constituição, como introdução do FEF, da Lei Kandir, da Emenda 14, da contribuição extra aos inativos e da CPMF, o governo sufocou os estados e municípios e onerou acintosamente a produção nacional.**



Com esta "reforma", a arrecadação da Receita Federal aumentou nos últimos anos. Porém, a introdução destes novos tributos não significou ampliação nos investimentos sociais, ou ampliação da infraestrutura do país. Esse ajuste fiscal só serviu para o governo sobreviver a sua própria política de juros. Mais de 30% do que a Receita recebeu em 1998 serviu apenas para cobrir o rombo provocado pela política irresponsável de juros altos.

A criação, aumento e recriação de impostos e contribuições só ampliaram o desajuste tributário e aprofundaram a injustiça da política tributária brasileira. Esse monstro tributário em vigor, além de injusto com os cidadãos, é insuportável para a produção nacional. Para entender a extensão desta injustiça basta dizer que o Brasil tributa em média 19% o trabalho, enquanto tributa o

capital em apenas 8%. Os países mais ricos do mundo do G-7 tributam o capital em 38%.

O resultado desta política tributária equivocada é que no ano passado o imposto de renda na fonte sobre o trabalho garantiu a Receita R\$14,7 bilhões, enquanto o imposto de renda na fonte sobre o capital arrecadou apenas R\$12,3 bilhões.

O maior equívoco da política econômica do governo nesses últimos anos foi elevar a sua arrecadação às custas de quem já paga seus impostos em dia, ao invés de priorizar o combate à sonegação e a taxação dos especuladores.

Recentemente o secretário da Receita Federal Everardo Maciel impactou os senadores com revelações surpreendentes sobre a sonegação fiscal e perdas de receita com base em mudanças legais que, apenas no caso da Lei

**O PT apresentou proposta tributária que tem como base o desenvolvimento nacional, geração de empregos e justiça social**

8.200/91 levou a uma perda de R\$12 bilhões, na medida em que permitiu a alteração do cálculo do lucro das empresas.

Mas esses dados não tem nada de novidade para o Governo Federal. Isso porque em 1992 o então senador Fernando Henrique Cardoso foi proponente e relator da CPI da Evasão Fiscal, que estudou com profundidade a sonegação e a elisão fiscal no Brasil, fez propostas e apontou caminhos para a solução do problema.

No Governo, entretanto, Fernando Henrique Cardoso preferiu a velha política do remendo tributário, sobretaxando os que pagam e induzindo ao aumento da sonegação.

Buscando uma nova realidade para o país, o Partido dos Trabalhadores apresentou a sua proposta tributária que tem com base dois princípios: a política tributária como instrumento de desenvolvimento nacional e geração de empregos e como instrumento de justiça social, não só pelo princípio da progressividade mas também como política de distribuição de renda.

O projeto propõe:

1- Impostos progressivos sobre o patrimônio no valor e

**Uma reforma tributária que seja instrumento de uma nova política econômica**

no tempo para fins de reforma urbana (IPTU) e reforma agrária (ITR)

2- Substituição do FEF pelo Imposto de Solidariedade, na alíquota de 10% sobre o patrimônio superior a R\$40 milhões.

3- Modificação das alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física, desonerando os setores médios e criando o Imposto de Renda Negativo, o Renda Mínima.

4- Garantia da autonomia de Estados e Municípios, mantendo o ICMS e o ISS, com medidas de combate à guerra fiscal. Partilha das contribuições (e não apenas do IPI o Imposto de Renda, como é atualmente) entre os Estados e Municípios.

5- Taxação diferenciada sobre o capital financeiro, onerando as operações de caráter especulativo e favorecendo o crédito.

6- Facilitação da quebra de sigilo bancário para fins tributários, garantindo os direitos individuais.

7- Desoneração da folha de pagamento das empresas, extinguindo-se a contribuição patronal, o PIS/PASEP, a Confins, CSLL e a CPMF e criando um único imposto sobre o lucro bruto.

A extinção da contribuição sobre a folha de pagamento introduz um novo conceito de financiamento da seguridade social. Ao contribuir com base no lucro e não folha desonera-se o custo do emprego, estimulando os sistemas produtivos que mais geram postos de trabalho. As empresas que obtêm alta lucratividade, principalmente as financeiras, com baixa geração de empregos passam a contribuir mais, modernizando o financiamento da seguridade.

Com este conjunto de propostas o PT trabalhará por uma reforma tributária que seja instrumento de uma nova política econômica, que garanta a produção nacional e a geração de empregos, distribuindo renda e justiça social.

Antônio Palocci Filho é deputado federal, presidente do Diretório Regional do PT/SP e vice-presidente da Comissão de Reforma Tributária



## CONGRESSO

## Os rumos do PT em debate no II Congresso

O II Congresso Nacional do PT, deverá ser realizado de 24 a 28 de novembro, no Sesc Venda Nova, em Belo Horizonte (MG).

No evento, os grandes temas que estarão em discussão são os vinte anos do Partido dos Trabalhadores; o Programa do PT; o momento atual e nossas propostas; o PT: Concepção de partido e funcionamento; eleição da nova Direção Nacional; e aprovação do novo estatuto partidário.

Para Luiz Inácio Lula da Silva, "o Congresso tem que produzir uma avaliação madura da situação nacional e internacional e uma clara perspectiva de que o PT é uma alternativa real de poder. Esse é o desafio de toda a militância petista".

As discussões dos quatro temas do II Congresso serão divulgadas por meio de publicações. O primeiro "caderno" já editado aborda 'O que está em jogo no II Congresso'. O segundo será sobre as 'Contribuições para a História do PT' e também deverá ter textos de até cinco laudas e data de entrega em 25 de junho.

Serão publicados mais dois cadernos, nos moldes dos anteriormente citados. Um tem data limite de entrega de textos o dia 25 de agosto. O segundo tem como prazo final o dia 25 de setembro.

## Teses

A Comissão Organizadora marcou o dia 25 de julho como sendo o prazo final para a entrega das teses.

Os textos deverão ter, no máximo, quinze laudas (21 mil caracteres), com pelo menos 21 assinaturas de militantes de cinco Estados.

Contando que haverá muita discussão e debate, a Comissão decidiu fazer uma publicação com a versão final das teses, que devem ser entregues até 25 de outubro.

## Debates nacionais

A Comissão Organizadora irá realizar sete debates considerados nacionais e em 60 outras cidades. A intenção é

transformar os debates em atos de lançamento do II Congresso. Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais já fizeram atos de lançamentos do II Congresso em seus Estados.

Os debates serão programados e preparados pela Comissão Organizadora Nacional em conjunto com as comissões estaduais.

Francisco Rocha da Silva e Valter Pomar são os responsáveis pela agenda destes eventos. Já estão definidos os locais dos sete grandes debates.

Eles acontecerão nas cidades de Belém (PA); Maceió (AL); Porto Alegre (RS); Rio de Janeiro (RJ); São Paulo (SP); Campo Grande (MS); e Rio Branco

(AC). "Esta decisão não inviabiliza que o Partido nos Estados e municípios realizem seus debates,

independentemente do calendário oficial da Comissão", explica Rocha.

A Comissão também irá discutir a possibilidade de

realizar, com o mesmo espírito dos sete debates, uma teleconferência nacionalizada, prevista para este mês.

## Quem é quem na organização do II Congresso

A Comissão Nacional Organizadora do II Congresso é composta por Marco Aurélio Garcia, coordenador-geral; Clara Ant; Francisco Rocha da Silva, Joaquim Soriano; Ozeas Duarte; Romênio Pereira; Sávio Banes; Silvio José Pereira; Tarso Genro; Valter Pomar; e Vitória

Canceli.

A Comissão está instalada na sala anexa à Presidência Nacional, no 2º andar da sede do PT, rua Silveira Martins, 132. Os telefones são (011)233-1341/1342 e fax (011)233-1300. O e-mail que pode ser usado é [2congresso@pt.org.br](mailto:2congresso@pt.org.br).

Na homepage do Congresso ([www.pt.org.br/congresso](http://www.pt.org.br/congresso)) podem ser encontradas diversas informações sobre o II Congresso, inclusive o Manifesto de Lançamento, os textos do 1º caderno e as normas gerais de participação.



## CULTURA

## Você sabia, companheiro?

O governo FHC vai realizar um leilão nos próximos dias para permitir que trinta e sete empresas multinacionais e cinco brasileiras concorram para o arrendamento de áreas, onde se sabe que existem bilhões e bilhões de barris de petróleo. As multinacionais estão comprando por R\$ 300 mil os estudos que a população brasileira financiou durante décadas, garantindo a elas que é apenas perfurar e o petróleo começará a jorrar. As ofertas iniciais das empresas interessadas nessas áreas são de apenas R\$ 50 mil a R\$150 mil. Isso sem falar nos impostos, que o governo alega que serão o fator de compensação destes preços tão baixos, quando na verdade é uma taxa cobrada normalmente em qualquer lugar do mundo sobre a exploração do petróleo, variando de 60% a 90% e aqui vai ser cobrada a um nível muito mais baixo, de 19% a 50%. Ou seja, os preços daqui vão ser os mais lucrativos do mundo e a parte do governo, isto é, do país, vai ficar entre as menores do mundo. Você sabia disso, companheiro? (Folha de S. Paulo - Aloysio Biondi - 05/06/99).

A rapidez do desmantelamento do Estado e da economia nacional é de tirar o fôlego de qualquer cidadão brasileiro que tenha uma noção mínima da história desse país. Agora mesmo acaba de ser anunciado que a tarifa de energia elétrica será em dólar, para que as filiais das multinacionais possam fazer um negócio garantido, quando avançarem sobre o que sobra do filé mignon do sistema elétrico brasileiro.

Em busca do futuro, os "professores banqueiros" que pousaram em Brasília como donos do país, embarcados na máquina desregulada da globalização financeira, parecem anti-heróis de uma história de "science-fiction", regressando cem anos nossa história, quando foi fundada a Light no Brasil. O governo FHC está em vias de proclamar a "tarifa-ouro" que foi permitida no Império e depois na Velha República, para que o capital financeiro inglês

## É urgente a criação de sistema de comunicação democrático

podesse operar no Brasil com garantia ouro-libra.

A atual proposta de dolarização das tarifas de serviços públicos é o começo da aceitação do padrão dólar como moeda de operação no território nacional, tentando manter o valor financeiro das concessionárias estrangeiras de serviços públicos, como se estivessem operando no mercado global. Você sabia disso, companheiro? (Folha de S. Paulo - Maria da Conceição Tavares - 06/06/99).

Você sabia quanto vai pagar o filme "Star Wars", megaprodução norte-americana de George Lucas, para entrar no mercado brasileiro? Uma pechincha, companheiro! Apenas R\$1.090. Não, não é engano, é só isso mesmo! E você sabia com quantas cópias o filme será lançado? 400!!! Qual o potencial de renda? De US\$ 12 milhões a US\$ 15 milhões só na bilheteria, sem contar o merchandising.

O Brasil gasta por ano US\$ 680 milhões para importar produtos audiovisuais e exporta menos de US\$ 40 milhões. Nosso déficit na balança externa é, portanto, de US\$ 640 milhões. E sabem quantos filmes brasileiros estão na prateleira esperando exibição? Trinta e cinco filmes, sem data prevista, se é que serão exibidos algum dia.

Enquanto nos anos 60 chegamos a ocupar 30% do mercado brasileiro com sucesso, em 90 não chegamos a 5%. É justo isso, companheiro?

Pois fique sabendo que nesta mesma semana os magnatas do aço americano acusaram formalmente o Brasil de "dumping" contra sua "pobre"

indústria de laminados finos, sem contar as sobretaxas ecológicas cobradas sobre nossas laranjas e carnes e os pesados impostos contra nossos sapatos. Basta do lero-lero ideológico, que o Consenso de Washington nos empurra goela abaixo: cooperação para o desenvolvimento, capitalismo associativo, mercados abertos em doce convívio democrático, porque "Star Wars" entrar aqui pagando R\$1.090,00 (hum mil e noventa reais) é tudo, menos democracia! (Folha de S. Paulo - Arnaldo Jabor - 08/06/99).

Você sabia, companheiro, que somos o país de maior megadiversidade do planeta e que, portanto, a apropriação dos recursos genéticos do nosso país é questão central?

E o que pensa fazer o governo FHC sobre isso? Nada menos do que a transferência de uma riqueza que é patrimônio de interesse público para a indústria de biotecnologia. O projeto de lei de regulação do acesso aos recursos genéticos elaborado pelo Executivo é um exemplo de engenharia neoliberal, incluindo o patrimônio genético, exceto o humano, como bem da União, equiparando-o aos minérios e atribuindo-lhes um caráter exclusivamente comercial, ignorando os aspectos sociais e ambientais da biodiversidade.

No cerne desse projeto encontram-se as definições de patrimônio genético, que têm o extraordinário poder de converter as plantas, os animais, os microorganismos e todo o conhecimento coletivo elaborado ao longo de séculos num enorme banco de dados virtuais, que o Estado poderá vender como bem entender.

Segundo o jurista Carlos Marés, o patrimônio genético só é nacional como virtualidade, como idéia dele na natureza. Mais, só é nacional até sua apropriação privada: uma vez compradas no varejo, as informações virtuais podem ser patenteadas e monopolizadas pela indústria da biotecnologia. Parece ficção científica, mas não é.

A virtualização da economia, a que estamos submetidos pelo governo FHC, já provocou nos

últimos tempos uma gigantesca transferência de recursos da esfera pública para os bancos e fundos de investimentos, comprometendo o futuro da próxima geração. A virtualização da biodiversidade vai mais longe: permite a invisível transferência e a alienação das bases da própria vida. (Folha de São Paulo - Laymert Garcia dos Santos - 08/06/99).

A multiplicidade de informações e de frentes de luta que se abrem diariamente,

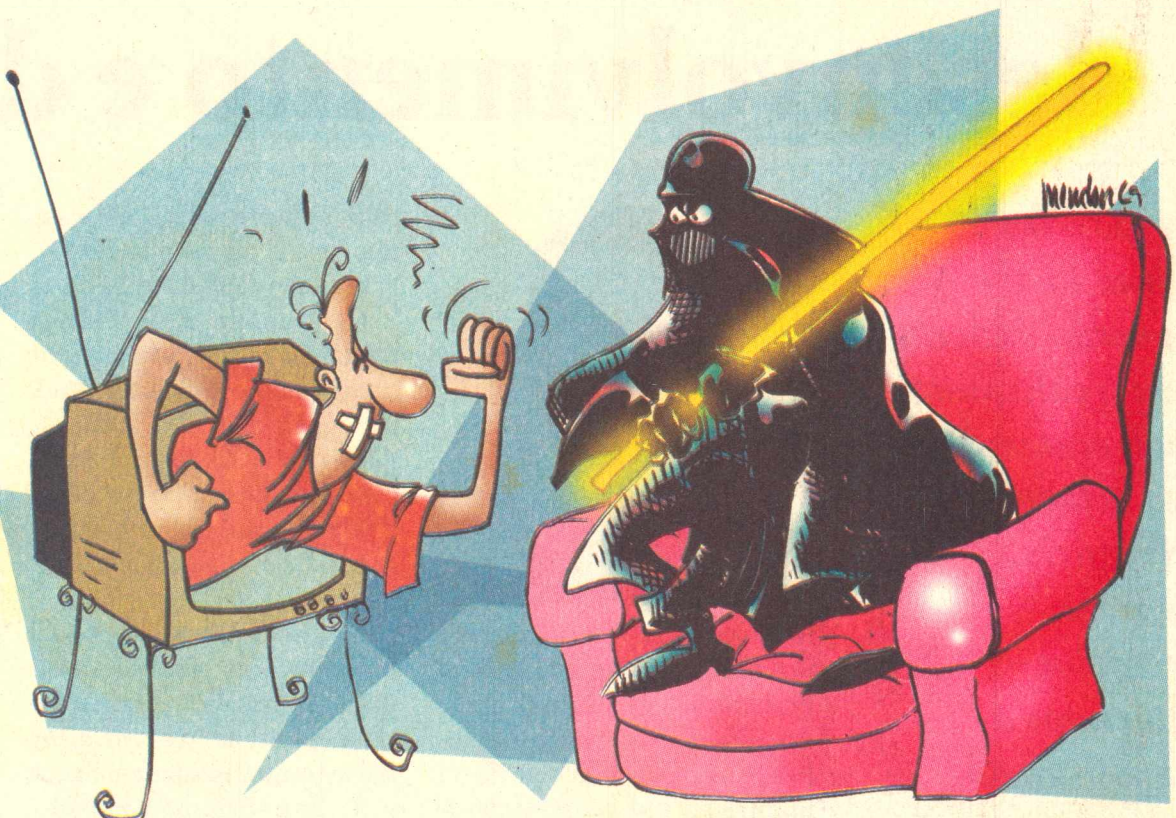
Federal, abrindo ao capital estrangeiro a participação em empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

- e a proposta de emenda 203-A de 1995, do deputado Laprovita Vieira, dando nova redação ao parágrafo primeiro do Artigo 222 da Constituição Federal, suprimindo-se o parágrafo segundo do referido Artigo, o que possibilitaria às empresas ou entidades sem fins lucrativos, possuírem empresas jornalísticas e de radiodifusão, o que

nos permitiria inclusive pleitear um canal para o próprio partido, devem merecer dos nossos parlamentares e da direção nacional uma atenção mais que especial, neste momento em que nos preparamos para um embate decisivo nas próximas eleições.

Você não acha, companheiro? Antes que seja tarde demais.

**SERGIO MAMBERTI** - ator e produtor cultural  
**TADEU DI PIETRO** - ator



## CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual:  1 x R\$ 50,00  2 x R\$ 25,00

Cobrança bancária  
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)  
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores  
Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda  
São Paulo-SP - C/C nº 123456-0  
(envie xerox do comprovante)

Nome \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_  
Profissão \_\_\_\_\_ Tel \_\_\_\_\_  
CEP \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

Sexo:  Masculino  Feminino  
Filiado ao PT:  Sim  Não